

**UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO ABANDONO
INFANTIL NA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
LISBOA (1850-1903)**

—

A QUANTITATIVE ANALYSIS OF CHILD ABANDONMENT
IN LISBON'S SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (1850-1903)

Joana Vieira Paulino

Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH)

jpaulino@fcs.unl.pt

ORCID: 0000-0002-9433-2799

Resumo

Este estudo pretende constituir uma análise quantitativa do abandono de crianças na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) entre 1850 e 1903, antes e depois do encerramento da sua roda (1870). O objetivo central passa por atestar as continuidades e ruturas dos períodos anterior e posterior à extinção deste mecanismo de exposição anónima. Sendo uma temática já amplamente estudada para outras regiões do País, importa analisar os particularismos desta prática na capital portuguesa.

A análise divide-se em duas partes. Num primeiro momento, pretende-se contextualizar o abandono infantil em Portugal, no final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, desde a generalização da roda ao novo modelo de acolhimento de crianças abandonadas. Num segundo momento, procurar-se-á conhecer, em números, os expostos da SCML, com base nas estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição (1850-1903).

Palavras-chave: História Contemporânea; História Urbana; Abandono infantil; Roda dos expostos; Lisboa.

Abstract

The purpose of this study is to perform a quantitative analysis of child abandonment in Lisbon's Santa Casa da Misericórdia between 1850 and 1903, before and after the closure of its wheel (1870). The main goal is to testify the continuities and ruptures from the periods previous and after the extinction of this mechanism of anonymous exposure. Given that this topic has already been extensively studied for other regions of the country, it is necessary to analyze the particularities of such practice in the Portuguese capital.

The analysis is divided in two parts. In a first moment, we aim to contextualize child abandonment in Portugal, from the end of the 18th century and, mainly, in the 19th century, from the generalization of the wheel to the new childcare model for receiving those children. On a second moment, we will aim to study the foundlings from the SCML in numbers, based on the annual statistics of Relatórios da Mesa from that institution (1850-1903).

Keywords: Contemporary History; Urban History; Child abandonment; Wheel of Foundlings; Lisbon.

UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO ABANDONO INFANTIL NA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (1850-1903)¹

No século XIX, a mortalidade grassava nas Casas da Roda, sobretudo nos estados da Europa Católica (como a Espanha, França e Itália), onde o abandono anónimo infantil constituía uma prática ge-

¹ Este estudo resulta de uma investigação no âmbito do Doutoramento em História, especialização em História Contemporânea, na NOVA FCSH, que contou com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia através de uma Bolsa de Doutoramento (Ref.: SFRH/BD/112019/2015).

neralizada. Cientes desta realidade, autoridades estatais e institucionais, bem como intelectuais, iniciaram debates em torno da abolição da roda e da adoção de um novo modelo de acolhimento dos menores abandonados.

Em Portugal, a extinção da roda dos expostos foi decretada em 1867. Não obstante o decreto ter sido abolido, as medidas foram sendo gradualmente aplicadas: a identificação parental tornou-se obrigatória, os hospícios substituíram as rodas e foram concedidos subsídios de lactação. Na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), responsável pela criação dos abandonados na capital, estas medidas impuseram-se a partir de 1870.

Este estudo pretende constituir uma análise quantitativa do abandono de crianças na SCML antes e depois do fim do abandono anónimo na roda (1850-1903). O objetivo central passa por atestar as continuidades e ruturas dos períodos anterior e posterior à exposição anónima. Sendo uma temática já amplamente estudada para outras regiões do País, importa analisar os particularismos desta prática na capital portuguesa, à data, uma cidade de dimensão ímpar no contexto nacional, que atravessava uma fase de retoma do crescimento populacional - em parte, resultante da imigração -, bem como uma mutação urbana, económica e social.²

Para tal, dividir-se-á o estudo em duas partes. Num primeiro momento, pretende-se contextualizar o abandono infantil em Portugal, no final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, desde a generalização da roda ao novo modelo de acolhimento das crianças abandonadas.

² O estudo principia em 1850 com o início da produção estatística da SCML que, na década de 1870, foi completada com novos dados face à imposição da identificação parental. O término em 1903 coincide com o facto da instituição, à data, não permitir o acesso a documentação posterior a 1910. Não obstante a análise centrar-se numa instituição lisboeta, a reflexão será mais abrangente. Por exemplo, as amas e os mestres de ofícios eram naturais de vários concelhos da faixa litoral atlântica; enquanto as crianças provinham de concelhos tão distantes como Guimarães.

Numa segunda fase, procurar-se-á conhecer, em números, os expostos da SCML, com base nas estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição (1850-1903), estudados à luz da análise quantitativa e de um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Vários parâmetros do abandono infantil serão tidos em conta, de forma a atestar se a rutura legislativa foi bem-sucedida. Pretender-se-á verificar se, após 1870, na SCML: diminuiu o número de abandonados? Qual o contributo das pensões de lactação? Por que motivo eram deixados na instituição os menores? Qual o estado civil das mães expositoras? Qual a origem geográfica das crianças? E as amas e mestres de ofícios, diminuiram? Qual a sua localização? Perante esta análise geral, verifica-se o sucesso das medidas “reformistas”?

DA RODA DOS EXPOSTOS NO COMBATE AO INFANTICÍDIO À ABOLIÇÃO DO SÍMBOLO DE ABANDONO ANÓNIMO

Em 24 de maio de 1783, Pina Manique (1733-1805), chefe da Intendência Geral da Polícia, decretou o imperativo de existência de instituições de assistência aos expostos, com rodas, em todos os centros administrativos, fruto do alto infanticídio, que privava o País de indivíduos úteis para o seu progresso.³

Refira-se que, desde as *Ordenações Manuelinas*, nos locais onde não existiam hospitais ou abrigos para criar os expostos, a tutela da sua criação pertencia às câmaras municipais, mediante financiamento dos contribuintes. Algumas Misericórdias, a título voluntário e, sobretudo, quando começaram a administrar os hospitais nas grandes cidades, encarregaram-se da criação destes menores (sendo os custos su-

³ Caroline Brettel, Rui Feijó - “A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares”. *Cadernos Vianenses*, nº 12 (1989): 218; Teodoro da Fonte - “A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas” em *As cidades na história: população - Congresso Internacional*. Guimarães: s.n., 2012, 18; Maria Antónia Lopes - “Os pobres e a assistência pública” em *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, dir. José Mattoso, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, 503.

portados pelo poder municipal). Era, no fundo, uma função estatal que coexistia com outros “auxílios” tradicionais.

Contudo, os problemas económicos das Misericórdias, a falta de amas, os seus baixos e incertos salários, a ausência de rodas em muitas regiões, o abandono em rodas vizinhas, ... levaram a que Passos Manuel (1801-62) uniformizasse o serviço de expostos pelo decreto de 19 de setembro de 1836. A partir de então, a responsabilidade de criação desses menores passou a pertencer unicamente às Juntas Gerais do Distrito e câmaras municipais. Impôs-se como exceção o caso lisboeta, onde a Santa Casa da Misericórdia continuou a administrar a criação dos abandonados.⁴

Não obstante a tentativa de Passos Manuel, os ditos *handicaps* persistiram, agudizando-se o sentimento para com as crueldades vividas pelos expostos. “A polémica instalou-se a partir de meados do século. Os médicos e os jornalistas, os maiores críticos, consideravam-na [a roda] um símbolo de miséria (...), denunciavam os gastos ruinosos do erário público, o convite à dissolução de costumes e a incapacidade da Roda em assegurar a sobrevivência de um número cada vez maior de expostos”. Os parlamentares invocavam a falta de verbas municipais, a contestação popular e das amas. Contudo, a roda também tinha os seus apoiantes, que criam salvaguardar a honra feminina, permitindo a sobrevivência de muitas crianças por constituir uma alternativa ao infanticídio e ao aborto.⁵

⁴ Efetivamente, a partir de meados de oitocentos, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa divergia das restantes instituições do País do mesmo tipo. A Irmandade não integrava a sua administração, pois a Mesa passou a ser composta por membros eleitos pelo Governo. Tal faz com que esta Misericórdia tivesse muito pouco das características de uma, se não só mesmo o seu nome.

⁵ Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011, 10-11; Maria José Porém Reis - “Margens Sociais”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 27 e 28 (2012): 163.

O combate às rodas “oficializou-se” em 1862 quando, após a apresentação de dados de governadores civis, Juntas Gerais do Distrito e da SCML, comprovativos do agravamento dos abandonos e da hecatombe nas instituições, o governo nomeou uma comissão para estudar soluções. Esta propôs três medidas de reestruturação do abandono infantil: substituição das rodas por hospícios de admissão controlada; declaração de gravidez de mulheres não recatadas; e, atribuição de subsídios de lactação, por pobreza comprovada, responsabilizando-se os pais pela criação dos filhos.⁶ Com estas medidas, aplicadas pelo decreto de 21 novembro 1867, aboliu-se, em Portugal, o abandono anónimo infantil e, com ele, as rodas. Quando o mesmo foi revogado, após quatro meses, já as Juntas Gerais do Distrito tinham iniciado a reestruturação da assistência aos expostos em algumas partes do Reino. “A supressão das rodas foi feita gradualmente: logo na década de 1860 em Aveiro, Leiria, concelhos rurais de Lisboa, Porto, Penafiel, Ponte de Lima e Torres Novas; no decénio seguinte na cidade de Lisboa, Coimbra, Viseu, Bragança, Évora, Beja ...”.⁷ Tal faz transparecer a consciencialização do carácter insustentável e desumano da situação vivida nas Casas da Roda. Acompanhando esta tendência, data do final de 1870, o fim do abandono anónimo infantil na SCML, não sem antes a instituição ter assistido a um aumento do número de abandonados, reflexo do encerramento das rodas dos municípios vizinhos. Não obstante, segundo a SCML, uma mudança foi feita sem percalços.

⁶ Os hospícios tinham enfermarias de maternidade, obrigando-se as mães a criarem os filhos (salvo motivo comprovado). Surgiram ainda creches para os filhos de trabalhadores. Já as pensões de lactação foram instituídas na segunda metade do século XIX e vulgarizadas pelo fim da roda. Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011, 6 e 10-11; Vicente Pérez Moreda (coord.) - *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*, 3. vols. Porto: Edições Afrontamento, 1995, 129; Isabel dos Guimarães Sá - *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto*. S.l.: Instituto Universitário Europeu, 1882, 181.

⁷ Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011, 11-12.

Em 5 de janeiro de 1888 foi aprovado o Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados, o qual, em parte, adotou o modelo de acolhimento anterior a 1867 - as crianças, a cargo dos municípios, iam para amas até aos sete anos, quando eram internadas em asilos para receberem formação profissional. Ficou ainda regulamentado quem receberia assistência: expostos de pais desconhecidos; abandonados, cujos pais desapareceram; e, ainda, crianças que não pudessem ser criadas pelos pais (por morte, prisão, doença, idade avançada ou degredo) nem tivessem ninguém a quem ficar a cargo.⁸

Quanto aos subsídios de lactação, estipulou-se a duração máxima de doze meses (extensível a dezoito/vinte e quatro por doença). Caso os pais fossem indigentes, viúvos pobres ou perante invalidez do filho, após os sete anos, podiam pedir o internamento da criança, mediante autorização da Junta Geral de Distrito.⁹ Denota-se uma tentativa de permanência do menor na família biológica.

OS EXPOSTOS EM NÚMEROS

Nesta parte do trabalho, o estudo quantitativo do abandono infantil na SCML, pretende-se atestar as características desta prática e o sucesso das medidas reformistas de 1867 com base nas estatísticas da instituição. A persecução deste objetivo terá como primeiro passo a análise da evolução do total de expostos. De seguida, estudar-se-ão as características do abandono (motivos, estado civil das mães e origem geográfica das crianças), finalizando com o destino dos abandonados

⁸ Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011, 12.

⁹ Sobre os subsídios de lactação ler Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011, 17-20.

(evolução e distribuição geográfica das amas e mestres de ofícios, concessão de subsídios de lactação e mortalidade).

Devem-se, contudo, ressaltar que os dados não são cronologicamente homogêneos, pois a informação neles constante é mais abundante e diversificada após o fim do abandono anónimo infantil na SCML. Por sua vez, a sua abrangência geográfica extravasa o concelho e distrito de Lisboa. Refira-se ainda que, na cartografia elaborada pela utilização de um SIG, relativa à origem dos expostos, amas e mestres de ofício, optou-se pela adoção da divisão administrativa de 1878.¹⁰

1. Total de crianças abandonadas na SCML



Gráfico 1. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1849 e 1910, anos económicos.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nomeada por decreto do 1.º de Setembro de 1860 dirigiu ao III.º*

¹⁰ Porquê não se optou pelas divisões de 1864 ou 1890? Em 1864, Lisboa era composta por quatro bairros (Alcântara, Alfama, Bairro Alto e Rossio), tal como em 1890 (Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Bairros), e não pelos três invocados na fonte (Central, Ocidental e Oriental). Considere-se ainda que, em 1890, a cidade de Lisboa cresceu pela incorporação das partes extra-muros das freguesias de S. Jorge de Arroios, S. Sebastião da Pedreira, S^{ta}. Isabel e S. Pedro de Alcântara, pela absorção das freguesias dos extintos concelhos periféricos de Belém e Olivais (1885) e ainda de Camarate e Sacavém (outrora do concelho de Loures (1886)). Por outro lado, 1878 é o ano que se situa mais próximo do meio da cronologia do presente estudo. Nuno Miguel Lima - *Os "Homens-Bons" do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*. Lisboa: Banco de Portugal, 2009, 29-31.

e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do ano económico de 1860-1861. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1861-1904.

Pela análise do gráfico 1 é possível distinguir duas fases na exposição infantil na SCML: 1850-70 e 1871-1903, correspondendo na contextualização histórica, ao antes e após a extinção do abandono anónimo.

Não se pode descurar o crescimento do abandono infantil nas duas primeiras décadas (1850-1870), apesar de pequenas variações - iniciando-se em 1850 (2401), as exposições na SCML crescem até 1870, o seu pico máximo (2901). Este aumento leva a crer nas elevadas dimensões que o fenómeno estava a tomar. Não obstante os debates e o decreto de 1867, a exposição progredia, justificando o seu imperativo combate.

Entre 1871-73, há uma forte diminuição dos abandonos (317 no último ano), embora este hiato possa representar uma fase de adaptação, consolidando-se os valores a partir de então e atingindo o seu mínimo em 1884-85.

Assim, conclua-se que, entre 1871-1903, o número de exposições ronda cerca de 10% do valor médio de 1850-70. No primeiro hiato contabilizavam-se uma média de 2 616 exposições anuais, valor que decresceu para 299, reflexo do sucesso das medidas implementadas após a extinção da roda dos expostos na SCML. Porém, pode-se questionar se o fim do anonimato incrementou o aborto clandestino, tendência sentida noutros estados da Europa católica.¹¹

2. As características do abandono

Como referido, o novo modelo de abandono infantil pressupunha um inquérito parental. Contudo, perante a ausência de informação anterior a 1870, não é possível atestar as continuidades e ruturas destas características.

¹¹ José Mattoso (dir) - *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 2011, 135.

2.1. Motivos do abandono

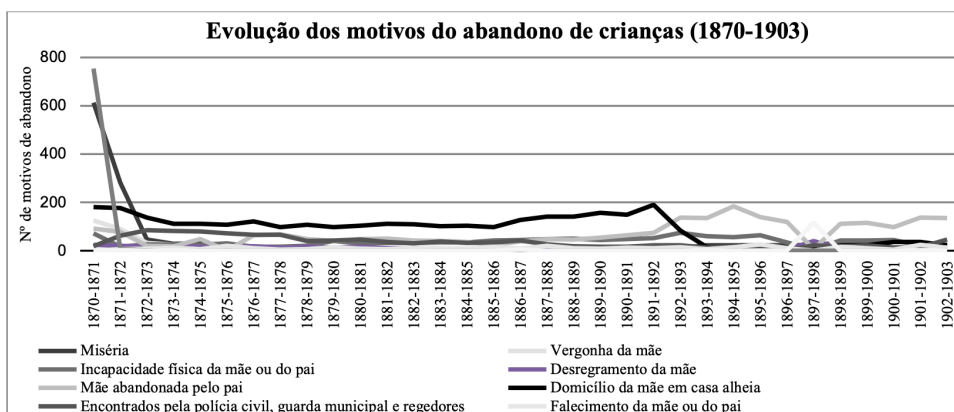


Gráfico 2. Evolução dos motivos do abandono de crianças na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1870 e 1903, anos económicos.¹²

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

Atendendo ao primeiro ano do gráfico 2, prevalecem os abandonos por causa desconhecida (754) e por miséria (613). Relativamente aos primeiros, pode-se questionar: nesta fase de transição, existia desconfiança face ao novo sistema? Não havia, ainda, uma estrita fiscalização? Seriam outros agentes, que não os pais, a entregar a criança, desconhecendo-se o porquê do abandono?

Quando estes motivos decaem, em 1871-72 e 1872-73, respetivamente, emergem outros, destacando-se o domicílio da mãe em casa alheia até 1893-94 e, a partir de então, o abandono da mãe pelo pai. Possivelmente, o primeiro corresponde ao serviço de criadagem, residindo a mãe com os patrões; remetendo o segundo para o facto de a mãe, sozinha, não conseguir criar o filho ou, por ser solteira, visar salvaguardar a sua honra.

¹² A estes motivos devem somar-se o desregramento do pai, a prisão dos pais, a portaria do ministério do reino e o suicídio da mãe, excluídos da análise pela sua pouca representatividade (inferiores a 4 casos).

Devem-se ainda salientar dois elementos. Por um lado, o facto da morte da mãe ser um motivo menor – havia maiores cuidados com a gravidez? Por outro, a ausência de uma redução gradual de crianças encontradas pelas autoridades – existiam resquícios de abandono anónimo em locais públicos, crendo que muitos pais não se pretendiam identificar? Estava tal prática associada à vergonha e honra familiar de mães solteiras ou à bastardia?¹³

2.2. Estado civil das mães

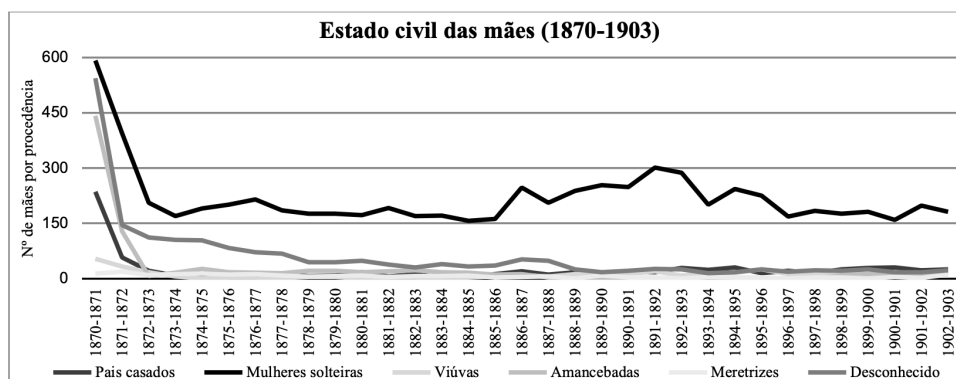


Gráfico 3. Estado civil das mães expositoras entre 1870 e 1903, anos económicos.

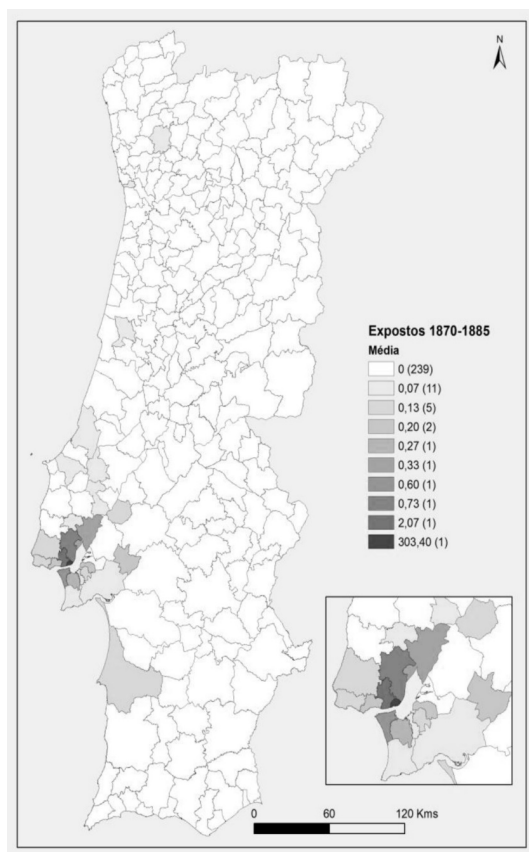
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

No gráfico 3 verificamos que, ao longo dos 33 anos, sobressai o abandono por mães solteiras, relacionável com os motivos de exposição (gráfico 2) – quem abandonava eram as mães que residiam em casa alheia, não tendo quem ficasse com os seus filhos, e, as abandonadas pelos pais, sem meios de sustento ou socialmente discriminadas pelo seu estado civil.

¹³ Tal confirmaria a afirmação de Isabel dos Guimarães Sá de que existem crianças abandonadas anonimamente, em locais públicos, até aos anos 30 do século XX. Isabel Guimarães dos Sá - “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, em *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998: XVII.

É ainda de destacar que as mães expositoras cujo estado civil é desconhecido diminuem ao longo do tempo. Deixaram as mulheres de ter medo de se identificarem, confiando no novo sistema? Ou eram elas intimadas pelas autoridades a identificarem-se, representando um falso decréscimo?

2.3. Origem geográfica dos expostos



Mapa 1. Média da origem concelhia dos expostos abandonados na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1870 e 1885.¹⁴

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-86.

¹⁴ Sendo baixas as médias dos expostos por concelho, optou-se por apresentá-las com duas casas decimais.

Calculada a média do número de crianças de cada concelho entregues à SCML (1870-85), elaborou-se o mapa 1. Uma análise primária revela que esta instituição recebia crianças de concelhos tão distantes como Guimarães. Porém, era a sua influência assim tão abrangente, dado representar um caso isolado? E era homogênea no contexto português? Efetivamente, a SCML não recebia crianças de todos os concelhos e o seu valor torna-se pouco significativo conforme nos afastamos de Lisboa.

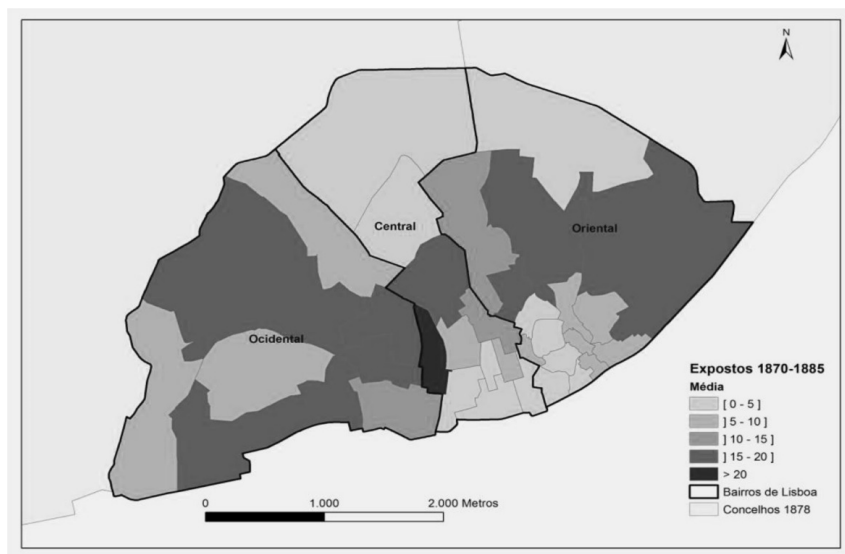
Assim, concluiu-se a fraca influência da SCML no território português, o que se pode justificar pela generalização das Casas da Roda noutras partes do Reino. Excetuem-se os concelhos periféricos a Lisboa - Belém e Olivais – os quais, apesar do destaque, com uma média de 2 e 0,7, revelam-se pouco representativos por comparação ao concelho da capital, que recebia uma média anual de 303 crianças entre 1870-85.¹⁵

A prevalência deste último justifica-se pelo facto de nele se sediar a SCML. É possível que, num estudo anterior a 1870, se verificasse um elevado número de crianças com outra naturalidade, pois a reforma decretou o comprovativo de residência no concelho há mais de nove meses para “candidatura” à exposição.¹⁶

O peso do concelho de Lisboa contrasta com os restantes. Mas de que freguesias da capital provinham maioritariamente os expostos?

¹⁵ Por homogeneidade da fonte, após a absorção destes concelhos por Lisboa (1885), os mesmos continuam a ser apresentados de forma independente. Belém e Olivais tiveram um crescimento populacional rápido, neles residindo população desfavorecida, por vezes, sem meios para sustentar os filhos. Daniel Alves - *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia*. Lisboa: s.n., 2010, 59.

¹⁶ Francisco d'Orey Manoel; Maria Luísa Barbosa Colen. “Os expostos e desamparados da Misericórdia de Lisboa”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 2 (1999): 44.



Mapa 2. Média da origem por freguesia do concelho de Lisboa dos expostos abandonados na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1870 e 1885.

Nota: média total das freguesias = 8,9.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-86.

No mapa 2 destaca-se um espaço central, junto à zona ribeirinha, cuja média de crianças abandonadas era reduzida. Trata-se da zona rica da cidade, em torno da qual se deu a expansão urbana aquando da reconstrução da capital após o terramoto (1755).¹⁷

A cidade cresceu para algumas freguesias periféricas ao centro histórico, cujas médias de origem de crianças expostas são superiores (Sta. Engrácia, S. José, Mercês, Sta. Catarina, Sta. Isabel e Santos-o-Velho). Assim se pode concluir que o abandono infantil acompanhou o crescimento da capital – nestas freguesias residia uma população mais desfavorecida, à qual era difícil sustentar a criação do menor.

Porém, a urbanização não “tocou” todas as freguesias limítrofes, pois as mais distantes do centro e circundantes àquelas periféricas de onde a exposição era maioritária, apresentam valores baixos, reflexo

¹⁷ Magda Pinheiro et. all. (org.). *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora, 2001, 9.

do seu fraco povoamento (S. Jorge, S. Sebastião da Pedreira e Coração de Jesus).

Mas, no mapa 2, o que mais se destaca, é a exceção no núcleo histórico - a freguesia da Encarnação. Nela situa-se a SCML, o que nos leva a apontar várias hipóteses para o facto de, em média, anualmente, mais de 20 crianças originarem desta freguesia – seriam os menores entregues por indigentes sem residência? Ainda não eram batizados? Ou será, em última instância, reflexo da presença de abandono anónimo, desconhecendo-se sua a origem?

3. O DESTINO DAS CRIANÇAS: AMAS E MESTRES DE OFÍCIOS, SUBSÍDIOS DE LACTAÇÃO E MORTALIDADE

3.1. Amas e mestres de ofícios por concelho

Distrito de inspeção	Concelho	Distrito administrativo
Lisboa	Lisboa	Lisboa
Caldas da Rainha	Alcobaça Cadaval Caldas da Rainha Lourinhã Óbidos Peniche Rio Maior	Leiria Lisboa Leiria Lisboa Leiria Leiria Santarém
Leiria	Batalha Leiria Pombal Porto de Mós Vila Nova de Ourém	Leiria Leiria Leiria Leiria Santarém
Sobral	Alenquer Arruda Azambuja Mafra Torres Vedras Vila Franca de Xira	Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa
Fora dos distritos de inspeção	Alcochete Aldeia Galega Almada Alvaiázere Barquinha Belém Benavente Cartaxo Cascais Chamusca Sesimbra Sintra Ferreira do Zêzere Figueira da Foz Figueiró dos Vinhos Moita Oeiras Olivais Santarém Seixal Setúbal Tomar Torres Novas	Lisboa Lisboa Lisboa Leiria Santarém Lisboa Santarém Santarém Lisboa Santarém Lisboa Lisboa Santarém Santarém Coimbra Leiria Lisboa Lisboa Lisboa Santarém Lisboa Lisboa Santarém

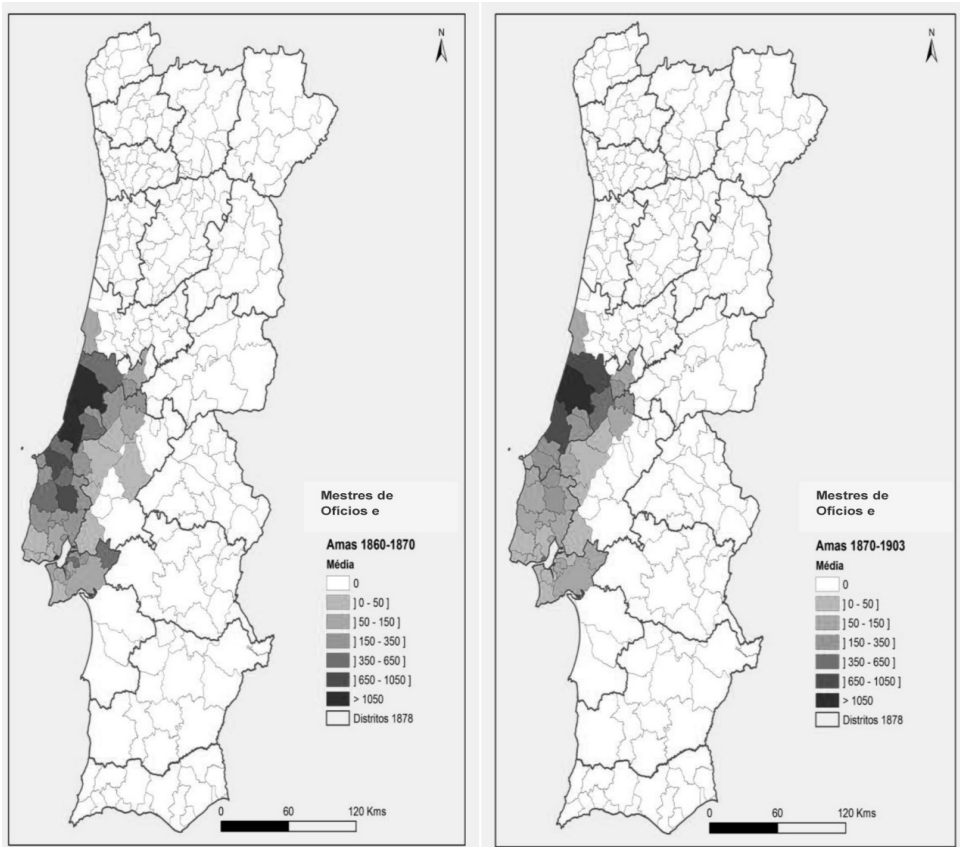


Tabela 1. Distritos de inspeção / Distritos administrativos

Mapas 3 e 4. Média de amas e mestres de ofícios por concelho que criavam crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1860-1870 e 1870-1903.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

A tabela 1 revela que as amas e os mestres de ofícios se distribuíam por quatro distritos administrativos – Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa. Porém, esta divisão não corresponde à adotada pela instituição, os distritos de inspeção – Sobral, Caldas da Rainha e Leiria –, cuja criação está associada ao facto de neles se concentrarem mais abandonados, bem como as melhores amas e mestres. A existência de inspetores nestes distritos permitia que os funcionários (amas e mestres de ofícios) não se deslocassem à sede para receberem os seus salários.

os, dispondo em alguns casos os expostos de serviços médicos e farmacêuticos localmente.¹⁸

Analisando os mapas 3 e 4, verifica-se uma diminuição do número de amas e mestres – se o abandono decresce e as crianças tuteladas pela SCML se emancipam, não é necessário tão elevado número destes funcionários. Emergem como exceções os concelhos de Leiria, que domina o contexto nacional com uma média anual superior a 1 050, Pombal e V. N. de Ourém.¹⁹

Paralelamente existem menos amas e mestres, mas os concelhos são os mesmos. Podia ter-se reduzido o número de concelhos pela redistribuição dos expostos. Ao não se ter optado por esta via, denota-se uma consciencialização da importância, para a criança, do desenvolvimento de laços afetivos e da sua inserção numa família.

¹⁸ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - *Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nomeada por decreto do 1.º de Setembro de 1860 dirigiu ao Ill.º e Ex.º Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do ano econômico de 1860-1861*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1861, 4-5.

¹⁹ Relacionar-se-ia com a cultura local, enquanto prática enraizada? Imperava a necessidade de mão de obra? A hipótese da mortalidade infantil nesta região ser alta, ajudaria a justificar o porquê do elevado número de amas.

3.2. Subsídios de lactação

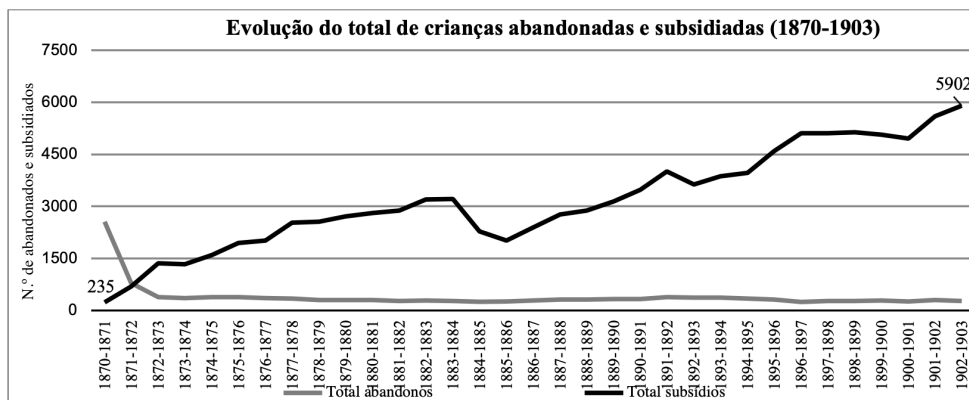


Gráfico 4. Evolução do total de crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e de subsidiadas pela mesma instituição entre 1870 e 1903, anos económicos.
 Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

Estado civil das mães de crianças subsidiadas em percentagem (1870-1903)

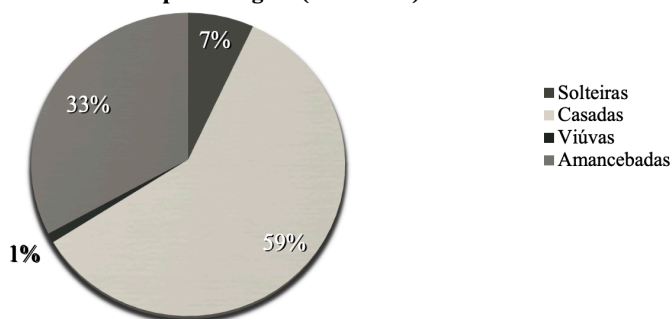


Gráfico 5. Estado civil das mães de crianças subsidiadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em percentagem entre 1870 e 1910.
 Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

Foram os subsídios de lactação responsáveis pela diminuição do abandono? Como se verificou (gráfico 1), o número de exposições diminuiu após 1870, estabilizando a partir de 1872-73. O total de subsídios de lactação concedidos contrasta com essa tendência, iniciando-

se com 235 pensões, cresce para 5902, muito embora entre 1883-85 haja uma diminuição, dada a restrição das concessões pelo encargo que representavam.²⁰

Desta forma, podemos concluir que a concessão de subsídios de lactação constituiu um dos motivos da diminuição do abandono infantil. Contudo, não podemos deduzir ser o único, pois as duas variáveis não evoluem na mesma proporção.

Mas qual o estado civil das mães subsidiadas? O gráfico 5 demonstra que, entre 1870-1903, as pensões eram atribuídas, sobretudo, a mães casadas (59%), seguindo-se as amancebadas (33%) e, sendo pouco significativas as concessões a solteiras (7%) e, ainda menos, a viúvas (1%).

Eram as mães casadas e, depois, as amancebadas, que procuravam assegurar a sobrevivência da criança junto da sua família biológica, ainda que tal só fosse possível pela concessão de um apoio monetário. Por contraponto, as maiores expositoras, as mães solteiras, não tinham meios para sustentar os filhos, considerando-se a pobreza e a possibilidade de perda do seu emprego como um obstáculo. Pode-se ainda colocar a hipótese de não quererem manter os menores por estes serem filhos ilegítimos, visando salvaguardar a sua honra.

²⁰ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - *Relatório ...*, 1885, III.

3.3. Mortalidade das crianças à tutela da SCML

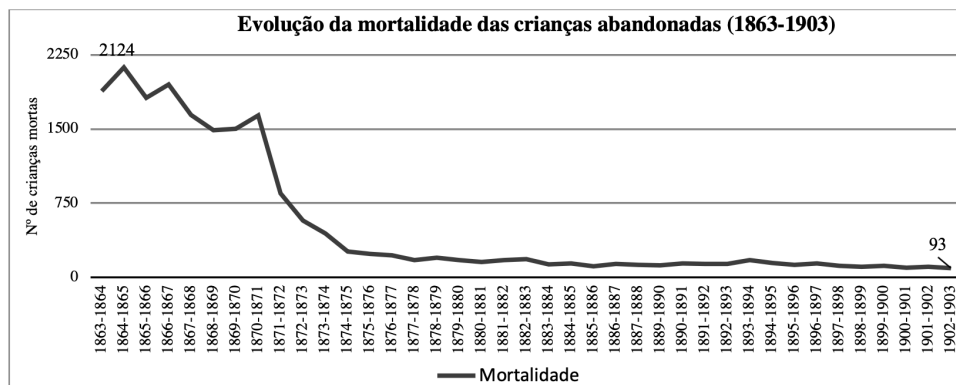


Gráfico 6. Evolução da mortalidade das crianças abandonadas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre 1863 e 1903, anos económicos.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Relatório...*, 1871-1904.

Para finalizar, analise-se um dos destinos infantis mais representativos do século XIX – a mortalidade –, estímulo à reforma de 1867 e à extinção da roda dos expostos. O gráfico 6 revela uma alta mortalidade dos menores tutelados pela Santa Casa da capital, não obstante a tendência decrescente, sobretudo, entre 1863-70, chegando a falecer 2 124 crianças por ano (1864-65), o que se justifica por “factores como o estado de saúde e de nutrição da criança à chegada, os comportamentos das amas, o clima, as condições das casas em que viviam, as epidemias (...)”.²¹ A maioria destes falecia durante o primeiro ano de vida, especialmente, até aos seis meses.²²

A partir do fim do abandono anónimo na SCML, o número de mortes decresce significativamente, sobretudo, entre 1871-75, alcançando-se 93 no último ano (1903). A abolição deste mecanismo foi responsável

²¹ Isabel Braga - “Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11 (2011): 245.

²² Isabel dos Guimarães Sá - *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto*. S.I.: Instituto Universitário Europeu, 1992, 120.

vel pela redução da mortalidade de menores na instituição, mas será o único justificativo? Não se pode descurar o paralelismo da diminuição do abandono infantil.

Por outro lado, pela concessão de pensões, muitas crianças passaram a ser alimentadas pelas mães, evitando o contágio de doenças frequentemente propagadas pelas amas de leite. Simultaneamente, estas já não eram transportadas para as amas residentes em espaços rurais, viagem durante a qual muitas crianças faleciam pelas más condições de transporte.

Não se pode ainda esquecer a importância do progresso da puericultura que, no final de Oitocentos, começou a dar os primeiros passos, bem como a adoção de enfermarias de maternidade nos hospícios, acrescentando os cuidados durante o parto e nos primeiros tempos de vida da criança.

CONCLUSÃO

Oitocentos foi o século da criança, com uma crescente consciencialização da sua importância não só pela família, como também pelo Estado, que a perspectivava como o progresso da Nação. Desta forma se justifica, no que concerne aos expostos, desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX, as várias medidas, inicialmente, combativas do infanticídio e, mais tarde, do abandono infantil.

A generalização de Casas da Roda a todos os centros administrativos, ação do Estado português que acompanhou a tendência da Europa Católica, chamando a si a responsabilidade para com os expostos, visava permitir a sobrevivência física e espiritual das crianças pelo abandono anónimo. Contudo, agravou a situação vivida nestas instituições, bem como a mortalidade destes menores que, por si só, já era elevada.

O ponto extremo da inquietação em torno da hecatombe da exposição deu origem ao decreto que aboliu as rodas (1867), o qual se pode considerar, em certa medida, reformista. Não obstante a sua revogação quatro meses depois, o facto das medidas decretadas terem sido aplicadas, faz transparecer a crescente preocupação para com as crianças marginalizadas na sociedade contemporânea portuguesa.

Efetivamente, o decreto estabelece uma rutura face ao antigo modelo assistencial de acolhimento aos expostos. Porém, pode-se questionar qual o alcance desta mudança, quando o percurso das crianças continuou a ser o mesmo – os pais eram identificados, mas os abandonados continuavam a permanecer poucos dias na SCML sendo, depois, enviados para uma ama no meio rural.

Com este estudo, demonstrou-se que a mudança mais significativa está nos números (mais do que no novo modelo de acolhimento): uma grande diminuição do número de crianças abandonadas na SCML após 1870, acompanhada por um decréscimo da mortalidade de menores à tutela da instituição e do número de amas e mestres de oficinas. Não obstante, persistem alguns elementos entre 1870-1903: as mães solteiras, residentes em casas de outros ou abandonadas pelos pais, destacam-se como expositoras, sendo os seus filhos, maioritariamente, naturais do concelho de Lisboa e, neste, da freguesia da Encarnação. Eram as mães casadas que recebiam mais subsídios de lactação, fazendo decrescer os abandonos, quer pelo novo ascendente da criança no seio familiar, quer pela intimidação das autoridades.

Assim, conclui-se que os números reiteram a ideia de que a criança oitocentista alcançou uma posição de progressivo destaque na sociedade europeia católica, importando a sua criação, educação e bem-estar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [ASCML]:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Relatório que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nomeada por decreto do 1.º de Setembro de 1860 dirigiu ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do ano económico de ..., Lisboa, Imprensa Nacional, 1851-1905.²³

Estudos

ALVIM, Maria Helena – “Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no século XIX”. *Revista de Ciências Históricas*, nº 2 (1987): 261-267.

ALVIM, Maria Helena – “Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas”. *Revista de História*, vol. I (1894): 147-166.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) – *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

ARIÈS, Philippe – *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. S.l.: Edições Afrontamento, 1990-1991.

ARIÈS, Philippe – “La infancia”. *Revista de educación*, nº 281 (1986): 5-17.

BRAGA, Isabel – “Fugindo dos «Grilhões do Cativo»: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11 (2011): 223-247.

BRETTELL, Caroline; FEIJÓ, Rui – “A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares”. *Cadernos Vianenses*, nº 12 (1989): 216-266.

BRETTELL, Caroline; FEIJÓ, Rui – “Foundling in Nineteenth-Century Northwestern Portugal: Public Welfare and Family Strategies”, em *Enfance Abandonnée et Société en Europe XIV^e-XX^e siècle*. Roma: École Française de Rome, 1991, 273-300.

CALDEIRA, Maria José C. Silva – *De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a Primeira República*. Lisboa: s.n., 1993.

²³ O nome desta fonte, produzida pela SCML, apresenta ligeiras variações anuais, como por exemplo, no ano económico ou no nome da editora (sendo maioritariamente a Imprensa Nacional).

- CORTES, Nuno Osório da Nóbrega – “Expostos de Loulé: condições de acolhimento e atitudes no abandono (1820-1879)”, em *Actas do 6º Congresso do Algarve*. vol. 1, 1990, 123-130.
- CORTES, Nuno Osório da Nóbrega – *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*. Porto: s.n., 1991.
- CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues – *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011.
- DIAS, Ana Rita Botelho Moniz – *O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX*. Lisboa: ISPA, 2007.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – *História das mulheres*, vols. IV e V. S.l.: Edições Afrontamento, 1994-1995.
- FONTE, Teodoro Afonso da – “A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas”, em *As cidades na história: população – Congresso Internacional*. Guimarães: s.n., 2012.
- FONTE, Teodoro Afonso da – *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Braga: ICS-UM, 2004.
- FONTE, Teodoro Afonso da – *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima / Centro de Estudos Regionais, 2005.
- FUCHS, Rachel – *Foundlings and child welfare in nineteenth century France*. Albany: State University of New York Press, 1984.
- GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira – *O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786- 1790)*. Lisboa: FL-UL, 2001.
- Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- LE BOULANGER, Isabelle – *L'abandon d'enfants*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.
- LIMA, Nuno Miguel – *Os “Homens-Bons” do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*. Lisboa: Banco de Portugal, 2009.
- LOPES, Maria Antónia – “Crianças e jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 2 (2002): 155-184.
- LOPES, Maria Antónia – “Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866)”. *Revista Portuguesa de História*, nº 21 (1984): 119-176.
- LOPES, Maria Antónia – “Os pobres e a assistência pública”, em *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, 501-515.
- MANOEL, Francisco d'Orey – “A voz dos sinais”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 15 (2006): 76-85.
- MANOEL, Francisco d'Orey; MORNA, Teresa Freitas – “Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 7 (2001): 110-115.

- MANOEL, Francisco d'Orey; COLEN, Maria Luísa Barbosa – “Os expostos e desamparados da Misericórdia de Lisboa”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 2 (1999): 40-48.
- MATOS, Sebastião de – *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*. Barcelos: Assoc. Cult. Rec. De Areias de Vilar, 1995.
- MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 2011.
- MORAIS, M. G. – “Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do séc. XIX (1806-1830)”. *Revista da Cultura Almansor*, (1987): 45-87.
- NEVES, Lídia Maria Rodrigues – “Subsídios de lactação – elementos para o estudo de mães solteiras nos finais do século XIX”. *Nova Augusta*, nº 8, II Série (1994): 35-36.
- PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.) – *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso de ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*, vol. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V.; VAZ, Maria João (org.) – *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- REIS, Maria de Fátima – *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa: Cosmos, 2001.
- REIS, Maria José Porém – “Margens Sociais”. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, nº 27 e 28 (2012): 152-163.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1518-1838)*. Porto: FL/UP, 1987.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “A assistência: as misericórdias e os poderes locais”, em *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, 136-142.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados”. *Cadernos do Noroeste*, vol. 5, nº 1-2 (1992): 179-190.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710- 1780)”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. II (1985): 161-199.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNIC, 1995.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; CORTES, Nuno – “A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados”. *Cadernos do Noroeste*, nº 5 (1992): 179-190.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, em *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998, IX-XXII.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas”. *Penélope*, nº (1992): 75-89.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Assistance do children in north-west Portugal: the case of pre-industrial Braga”. *Cadernos do Noroeste*, vol. 6, nº 1-2 (1993): 96-116.

- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Circulation of children in eighteenth-century Portugal”, em *Abandoned Children*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 27-40.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care”. *Continuity and Change*, nº 9 (1) (1994): 69-89.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia – *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico”. *Exclusão na História*, (2000): 41-51.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “The «Casa da Roda do Porto»: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century”, em *Enfance abandonnée et société en Europe XIV^e-XX^e siècle. Actes du colloque*. Rome: École Française de Rome, 1991, 539- 572.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto*. S.l.: Instituto Universitário Europeu, 1992.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – “Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII”. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2/3 (1994): 233-250.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – *Os Expostos da Roda*. S.l.: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, s.d.
- SANTOS, Graça de Abreu Arrimar Brás dos – *A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: Os Expostos (1799-1823)*. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.
- SANTOS, Maria Manuela – *A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República*. Lisboa: s.n., 1989.
- SIMÕES, João Alves – *Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)*. Porto: FL-UP, 1999.
- Sinais de expostos. Exposição histórico-documental*. S.l.: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, s.d.
- TIAGO, Sílvia Maria Bandeira Rodrigues – “Subsídios para o estudo dos expostos em Viana – século XIX”. *Cadernos Vianenses*, nº 23 (1998): 171-206.
- TILLY, L.; FUCHS, R.; KERTZER, D.; RANSEL, D. – “Child abandonment in European History: a symposium”. *Journal of Family History*, vol. 17, nº 1 (1992): 1- 23.
- TOMÉ, Maria Rosa – *A criança e a delinquência juvenil na Primeira República*. Lisboa: CPIHTS, 2003.